



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XII - Nº 211 - DE 26 DE MARÇO A 09 DE ABRIL DE 2001 - R\$ 1,00

**Nada de seguir ACM
e ficar pedindo CPI!
Nada de esperar que
o Congresso corrupto
faça algo pelas massas!
Nada de conduzir os
movimentos para a
pressão por uma CPI!
Nada de conciliar com
os exploradores!**

**Naufraga a P-36 e petroleiros
protestam contra a
superexploração e a privatização**

**Lutar pelo Controle
Operário da Produção
e contra as privatizações**

**Tribunais Populares para julgar e
punir a burguesia corrupta!
Independência de classe! Ação direta!
Que as massas tomem em suas próprias mãos
a solução dos problemas!
É a luta nacional e unitária de massa
a forma de combater FHC e o FMI!
Pela Frente Única Antiimperialista!**

Os governos municipais do PT e os camelôs

Quinzena de luta do movimento operário

METALÚRGICOS

Multibrás: o caminho é a greve

Além de fechar a fábrica de São Bernardo do Campo e deixar 1.050 trabalhadores desempregados, a Multibrás propôs "indenizá-los" através do pagamento de 90% do salário por ano trabalhado. E ainda havia suspenso uma integrante do comitê sindical.

Enquanto isso, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC "dialoga" com os patrões para definir tanto o pacote de "benefícios" para os futuros desempregados como a possibilidade da empresa "ajudar" a encontrar novos investidores para a unidade de São Bernardo do Campo, cuja produção será transferida para Joinville em fevereiro do ano que vem. Sobre o caso da funcionária suspensa, a direção se restringiu as ameaças. Como se a Multibrás estivesse interessada em realmente chegar a um acordo "satisfatório" para os trabalhadores. Essa direção traiu e trai os metalúrgicos da empresa porque desde o início se negou a organizá-los para reagirem aos ataques da empresa através do método da ação direta.

Os metalúrgicos, no entanto, recusaram a proposta da empresa e responderam ao ataque à trabalhadora retomando, no dia 19/03, a operação tartaruga, iniciada quando a empresa anunciou o fechamento da fábrica (interrompida no dia 05/03, por obra da direção sindical). O retorno da operação tartaruga, chamada agora de "operação ritmo lento" obrigou a empresa a recuar em sua decisão no dia seguinte, retirando a suspensão. Agora, os trabalhadores ameaçam utilizar novamente este método dependendo do resultado das negociações.

Qual a lição que podemos tirar do caso da Multibrás?

Quando anunciou o fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo, a empresa, ao dar uma "licença remunerada" aos trabalhadores, demonstrou que temia que eles reagissem através da ocupação da fábrica e outras formas de ação direta. Conforme os trabalhadores iniciaram a operação tartaruga, a empresa demonstrou que precisava que a produção retornasse ao ritmo normal. Agora ela demonstra isso novamente, não quer que

a produção caia enquanto a fábrica estiver funcionando. Por isso, o caminho da luta dos metalúrgicos da Multibrás é a paralisação por tempo indeterminado, combinado com outras formas de ação direta (ocupação da fábrica, bloqueios etc.).

Motorola: patrões demitem

A fábrica de Jaguariúna da Motorola segue a risca a determinação da matriz norte-americana, cuja fórmula para reduzir gastos é ampliar as demissões. Em janeiro, a fábrica havia demitido 138 metalúrgicos. Na semana passada, dispensou 367 dos 2.406 trabalhadores. Tinha planos de seguir com as demissões, mas devido ao "afago" do governo, se propôs a "discutir" a suspensão de demissões e a "possibilidade" de recontração dos 367 trabalhadores demitidos.

O governo estadual entrou no processo de negociação, porque a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Jaguariúna foi pedir socorro. Ainda mais, a burocracia sindical promete viagem para os Estados Unidos visando "dialogar" com os patrões da matriz. Somente no dia 22/03 foi montado um acampamento em frente à fábrica. Mas nada de combinar essa ação com outros métodos de ação direta.

Os metalúrgicos da Motorola não devem aguardar negociações com a empresa, que não cederá em nada que fira seus interesses. Devem rechaçar as soluções pelegas e traidoras propostas pela direção sindical e combinar o acampamento com ações diretas, como paralisação por tempo indeterminado, bloqueios, manifestações etc. Somente assim poderão barrar as demissões.

A Ford também segue linha de demitir para reduzir gastos.

A Ford de São Bernardo do Campo quer demitir 300 metalúrgicos dos 4.200 que trabalham nesta fábrica. A empresa quer garantir seus lucros, atacando os trabalhadores, isto é, cortando "gastos" com salários e aumentando a exploração sobre os que ficarão empregados. Estes últimos, inclusive, correm o risco de serem transferidos para a Bahia, pois uma

fábrica está construída em Camaçari.

Diante disso, a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC repete sua tática pelega: "dialogar" com os patrões em Detroit, nos Estados Unidos, mas para negociar migalhas, pois já aceitou as demissões. Tanto é assim que chamou uma assembléia para 23/03 onde, ao invés de propor um plano de lutas, apresentou a proposta da Ford para o Programa de Demissão Voluntária (PDV), o qual foi rejeitado pelos trabalhadores. A empresa quer pagar 1 salário por ano trabalhado aos metalúrgicos que aderirem ao PDV e "garantir" o emprego até 2002 aos que ficarem na fábrica.

Os metalúrgicos da Ford não devem aceitar a posição da empresa. Não devem aceitar a política de conciliação de classes e imobilismo da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Os patrões não param de atacar no setor metalúrgico e as direções sindicais não param de trair os trabalhadores.

Além dos casos da Multibrás, da Motorola e da Ford, há ainda outros exemplos de como os patrões vêm atacando os metalúrgicos e de como as direções sindicais, nas mais diferentes regiões, traem os trabalhadores.

A metalúrgica Matarazzo, zomba dos 560 trabalhadores ao propor pagar R\$ 247,23 de PLR. Ataca-os querendo descontar as faltas do valor do prêmio, que já é perverso por não salário e nem significar um reajuste necessário as condições de sobrevivência dos trabalhadores. Mas, é a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo que desfecha o golpe final: sugeriu redistribuir o dinheiro do prêmio de quem faltou para os outros. Ou seja, além de aceitar PLR e não lutar por um reajuste que atenda as necessidades dos trabalhadores, ainda estabelece a concorrência e a punição entre eles.

Se não bastasse os vários ataques que a Volkswagen vem lançando sobre os trabalhadores das várias unidades e, particularmente, em São Bernardo do Campo, agora pretende nesta unidade iniciar seu projeto de reestruturação. Re-

sultado: poderá haver demissão de cerca de 40% a 50% dos 16.500 funcionários. Isso porque, além da terceirização, o projeto ainda prevê uma automatização radical através do item PQ 24 (fabricação de novos produtos), onde não mais de 8 mil trabalhadores serão necessários.

De acordo com estudo realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), a flexibilização do trabalho tem aumentado nas negociações estabelecidas entre as direções sindicais e os patrões. E isso se expressa no item **banco de horas** que, em 1999, apareceu em 18% dos acordos e, em 2000, passou para 44,59%; e no item **prazo indeterminado dos contratos** que, em 1999, apareceu em 2% dos contratos e, em 2000, passou para 16,55%. É bom mencionar que esses dois itens tem sido perversos para os trabalhadores. Os patrões usam o banco de horas para aumentarem a jornada de trabalho sem terem de pagar hora-extra e se livrarem da necessidade de novas contratações. Da mesma forma, usam o prazo indeterminado dos contratos de trabalho para poderem demitir a vontade e legitimados pelos acordos fechados com os sindicatos.

Os patrões do setor metalúrgico agem centralizadamente. Os trabalhadores precisam responder aos ataques com luta centralizada.

Como vimos os patrões do setor metalúrgico vêm agindo centralizadamente. Atacam os trabalhadores aumentando a jornada de trabalho, demitindo, não reajustando o salário etc. As direções sindicais burocráticas, por sua vez, não organizam os trabalhadores a responderem a esses ataques de forma centralizada (numa luta unificada do setor) e recorrendo ao método da ação direta, que é próprio dos trabalhadores.

Contra o aumento da jornada de trabalho e desemprego os metalúrgicos devem levantar a bandeira da **REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO ATRAVÉS DA ESCALA MÓVEL DE HORAS DE TRABALHO**;

Contra o arrocho salarial: **ESCALA**

MÓVEL DE SALÁRIOS DE ACORDO COM O CUSTO DE VIDA;

Contra o fechamento das fábricas: **CONTROLE COLETIVO DA PRODUÇÃO.**

CONDUTORES

Após a direção do Sindicato dos Condutores de São Paulo, ligado à Força Sindical, ter traído a categoria, fechando acordo com a prefeita Marta Suplicy e abortando o movimento previsto para o dia 06/03, os condutores continuam a enfrentar problemas. E, na falta de um movimento centralizado, continuam a agir isoladamente.

Os condutores da Viação Paratodos paralisaram, no dia 13/03, três linhas da empresa contra a redução do prazo de 20 para 5 minutos que os cobradores têm para recolher a fêria do dia e contra a má qualidade da cesta básica. Na falta da manifestação do sindicato, a "solução" do problema ficou nas mãos dos patrões e da SPTrans que decidiram realizar "um estudo" da redução do prazo. Além desses ataques dos patrões, cerca de 20 mil condutores não receberam o vale, cujo dia de pagamento é 20/03. Diante disso, o presidente do sindicato se restringe a dizer que: "A partir do pagamento do dia 5, não terá mais essa tolerância".

Nova manifestação foi marcada para o dia 06/04, desta vez, claramente contra os perueiros. É bem provável que o movimento agora não seja desmontado, pois favorece os patrões, ao atacar os perueiros. Por isso, mais uma vez repetimos: a direção do Sindicato dos Condutores de São Paulo concorda com os patrões de que a culpa por não pagarem os trabalhadores em dia, por demitirem e pela "violência" sofrida pelos condutores é dos perueiros. Os condutores devem lembrar que os perueiros existem por causa do aumento do desemprego geral e do desemprego dos próprios condutores (redução da frota de ônibus e adoção de catraca eletrônica). E que, quando as empresas de ônibus recebiam de acordo com a quilometragem rodada (não importando o número de passageiros transporta-

dos), não se incomodavam com os perueiros. Ou seja, os capitalistas passaram a se incomodar com eles e exigir a repressão por parte da prefeitura à medida que eles começaram a lhes fazer concorrência. Os condutores devem levantar a bandeira do pleno direito de todos trabalharem e não fazerem coro aos patrões contra os perueiros.

ALIMENTAÇÃO

Lacta fecha fábricas e sindicato se faz de morto.

A Lacta decidiu fechar a fábrica de Pinheiros, com 228 trabalhadores, até 31 de maio, e a fábrica do Brooklin, com 2.500 funcionários, em 18 meses. Seguindo o projeto de reestruturação definido pela matriz do grupo, a Philip Morris (divisão de Alimentos Kraft Foods), a empresa pretende transferir a produção realizada nestas duas fábricas para sua unidade de Curitiba (PR). Resultado: 2.778 trabalhadores serão demitidos.

Não é de hoje que a empresa vem demitindo, colocando em prática a reestruturação ditada pela matriz norte-americana. Há um ano, iniciou um processo de transferência e demissão de funcionários na unidade de Pinheiros, onde 56 trabalhadores foram transferidos para fábrica do Brooklin, 17 foram transferidos para Curitiba e 19 foram demitidos. Em dezembro de 2000, a empresa desativou uma outra fábrica instalada no Brooklin, que tinha 280 funcionários, também transferindo a produção para Curitiba. o.

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de São Paulo, ligado à Força Sindical, não reagiu diante de todos estes ataques da empresa. Seguindo a Lacta, a direção sindical estava avisada do fechamento das unidades de Pinheiros e Brooklin, há mais de um ano. Agora, diante da posição irreduzível da empresa, Salvador Roberto Pinheiro, presidente do sindicato, corre atrás do governo do Estado pedindo socorro e diz que "só nos resta negociar com a empresa".

Diante do ataque do patrão, os trabalhadores devem parar a produção. Patrão só ouve trabalhador quando estes estão de braços cruzados.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskyista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Argentina e Brasil: a resposta está com os trabalhadores

A propaganda de que a crise econômica mundial havia sido superada, depois da bancarrota dos chamados "Tigres Asiáticos", mostra toda sua falsidade. A falência da Argentina e da Turquia, ambos submissos às orientações do imperialismo, volta a expor a ponta do iceberg. A resposta governamental desses países são as mesmas ditadas pelo FMI e já aplicadas. No caso da Argentina, que acompanhamos mais de perto, temos o exemplo da condução catastrófica da economia. A burguesia entregou de indústria a bancos ao capital financeiro internacional, com o pretenso objetivo de solucionar o endividamento interno e externo. O governo Menem prometeu aos argentinos que a privatização, abertura de mercado, ajuste fiscal, corte de gastos sociais e a paridade cambial colocariam o país no caminho do desenvolvimento, ainda que tivesse de passar por um trajeto de sacrifício. A diretriz pró-imperialista devastou o país. O endividamento cresceu ao invés de diminuir. O Estado está quebrado. Indústrias fecharam e o mercado interno se estreitou. Os salários foram esmagados e a taxa de desemprego superou todos os marcos históricos do país.

O novo governo, De la Rúa, eleito por uma frente oposicionista, nem bem entrou na Casa Rosada, mostrou-se continuísta do menemismo. Ou seja, capacho do capital imperialista. Para salvar os interesses dos saqueadores, acaba de aplicar medidas tão ou mais violentas que as do seu antecessor. Demissão de milhares de funcionários públicos, violento corte de verbas para a educação pública, ataque à Previdência, aumento de impostos, fim dos subsídios etc constituem o novo pacote. O governo já não pode utilizar as estatais porque todas foram entregues. Resta-lhe cortar no osso. Os trabalhadores argentinos são as grandes vítimas. Anos a fio vêm arcando com perdas salariais, aumento do desemprego e destruição de conquistas sociais. O ataque de De la Rúa não faz senão intensificar a opressão da burguesia argentina e imperialista sobre a maioria explorada. A descarga atinge todas as camadas sociais que carregam nas costas a burguesia

parasitária. O fato de mais uma vez a burguesia argentina mutilar a economia nacional e pisotear as já precárias condições de existência da população comprova a sua decomposição como classe dominante. Mostra-se totalmente submissa às potências e a um punhado de banqueiros, incapaz de esboçar uma mínima reação antiimperialista.

Temos insistido que as diversas crises - México, Sudeste Asiático, Rússia etc - são elos de um mesmo processo de decomposição mundial do capitalismo. O que se passa na Argentina é mais uma de suas manifestações. Agora, tudo indica, numa situação mais ampla e grave da crise mundial. A tendência de quebra nos Estados Unidos, que encerrou o ciclo de crescimento especulativo, caminha para se combinar com a recessão no Japão. Tal confluência, fatalmente, terá reflexos sobre a Europa, que há muito se mostra estagnada ou quase estagnada. Evidencia-se a superprodução e a brutal acumulação de capital financeiro parasitário. Torna-se mais difícil a alta lucratividade obtida sobre a base de artificialismo creditício, de especulação acionária etc. As multinacionais começam a expor queda vertiginosa nas suas taxas de lucro. E o capital financeiro, um enorme volume do que se denomina crédito podre. A burguesia está obrigada a queimar uma boa parte de riqueza acumulada nessas condições. Se as condições dos países semicoloniais, a exemplo dos da América Latina, são extremamente delicadas, a expansão da crise mundial encabeçada pelos Estados Unidos e Japão as tornarão insuportáveis. O que se passa na Argentina é uma pequena amostra do fenômeno de desintegração do capitalismo mundial.

Não é possível evitar que a crise argentina tenha reflexos negativos sobre o Brasil. E que a crise mais geral o arraste para a desintegração. A quebra do Plano Real foi um sintoma. A idéia de que o Brasil conseguiu atravessar a tempestade, evitando uma quebra generalizada, serviu de argumento momentâneo para a burguesia brasileira e seu governo continuarem aplicando as medidas do FMI. A projeção de crescimento de

4% entusiasmou os porta-vozes do capital. Crescimento que sequer repõe a quantidade de postos de trabalho destruídos nos últimos anos. Mas o otimismo burguês parece ter fôlego curto. Não se terá uma ilha de prosperidade no mar revoltoso da economia mundial. Os fatores financeiros, cambiais, comerciais e produtivos mostram-se contraditórios com o desenvolvimento das forças produtivas. Em certa medida, seguem o mesmo curso da Argentina. Mesmo que o governo brasileiro tenha maior margem de manobra que o argentino, não poderá conter os golpes da crise generalizada. Com certeza, os trabalhadores brasileiros não terão um momento de respiro. Como na Argentina, terão de superar a atual inércia, em grande medida imposta pela colaboração das direções políticas que dominam os sindicatos e Centrais.

Não precisamos da Argentina para saber do que os trabalhadores brasileiros enfrentarão. Temos suportado a barbárie capitalista. A coligação PSDB, PMDB e PFL vem impondo sacrifícios diários à classe operária, camponeses e classe média pobre. As reformas ditas neoliberais não passam de aumento da taxa de exploração da força de trabalho, liquidação de postos e trabalho, ruína dos serviços sociais, enfim, de aumento da fome e da miséria. O que a Argentina nos mostra é que o ataque sobre a economia e a vida das massas será mais amplo e profundo. O fato do proletariado argentino estar sob uma direção burocrática, compromissada com a burguesia, atrasou o levante contra a política antinacional e antipopular. Lutas ocorreram, mas não superaram o corporativismo e o divisionismo. O fato do proletariado dar tempo e espaço para os exploradores implantarem as medidas do imperialismo custou e lhe custa caro. Somente um movimento proletário bem organizado e unitário poderá barrar os ataques dos capitalistas. No Brasil, atravessamos o mesmo problema. A "nova burocracia" sindical surgida com o fim da ditadura militar e estruturada politicamente em torno do reformismo petista responde em grande medida

pelo atraso do movimento operário em encabeçar a luta da maioria nacional contra a intervenção do imperialismo e da ação política da burguesia nacional subserviente. A política de se amortecer a luta de classes e arrastar os oprimidos para a ilusão de um governo democrático e popular saído do ventre da democracia dos opressores tem sido extremamente vantajosa para os interesses do imperialismo. É necessário que a vanguarda proletária combata essa política e que ajude as massas liberarem seu instinto revolucionário. Trata-se de defender a fundo as reivindicações salariais, de emprego e de condições de existência ligadas às tarefas antiimperialistas e anticapitalistas. É necessário construir uma frente única antiimperialista sobre a base do programa operário.

Embora a luta de classe tenha sido contida sob o governo pró-imperialista de FHC, a crise política retornou na forma de escândalos de corrupção. A burguesia se alinhou em torno do Plano Real. Com seus partidos unidos na aliança governamental e com a colabora-

ção da oposição, capitaneada pelo PT, exerceu uma tremenda pressão sobre o movimento operário e camponês. Teve as mãos livres para executar o plano antinacional e antipopular. Essa unidade política está se decompondo. Reflete o impacto da crise, da penetração ostensiva do capital imperialista e da impossibilidade de uma política econômica que desenvolva as forças produtivas ao invés de destruir parte delas. As denúncias de corrupção entre os bandos que dominam o aparato do Estado são consequências da divisão interburguesa e da disputa pelo controle da máquina estatal. A exposição de toda podridão e a constatação de que as figuras mais proeminentes da política burguesa são chefes de quadrilhas, bem como o comprometimento dos três poderes, revelam a decadência da classe capitalista. Cabe ao proletariado se organizar em torno de um programa antiimperialista e anticapitalista, um programa da revolução social para se transformar de classe instintivamente revolucionária em classe consciente de seu papel revolucionário. Somente com a estruturação

do proletariado como classe transformadora poderá se encontrar uma solução para a desintegração do capitalismo e decadência da classe dominante. Esta é a tarefa estratégica para se eliminar a opressão sobre a maioria explorada, alcançar a independência perante o imperialismo, colocar a economia a serviço da população e pôr fim à fome e a miséria. A organização do proletariado em classe programática e capaz de combater a barbárie está na razão direta da construção do partido operário revolucionário. As tarefas do momento têm seu ponto de partida na defesa das reivindicações elementares, como salário, emprego e terra aos camponeses. Implica alcançar a unidade operária e camponesa, organizar em torno do proletariado a maioria oprimida e desenvolver o método da ação direta. Os explorados necessitam implantar a democracia operária nos sindicatos, Centrais e movimentos. O que quer dizer tomar os problemas em suas próprias mãos, decidi-los em assembleias e estruturarem organismos de base, como os comitês e comissões de fábrica.

A dificuldade do governo em debelar a crise

O Presidente da República procurou mostrar-se firme: demitiu dois Ministros ligados a Antônio Carlos Magalhães (ACM). O senador baiano denunciou-o cúmplice da quadrilha do poder judiciário (escândalo Lalau) e da Sudene/Sudan. Esperava-se que, depois da definição da disputa entre PFL e PMDB/PSDB, a velha raposa oligárquica mudasse o rumo do conflito. Mas isso não ocorreu.

O Presidente não tinha outra arma senão ameaçar retirar de ACM inúmeros postos no Estado, ou seja, cortar boa parte do ar que alimenta os caciques da política burguesa. Começou por exonerar os Ministros da Previdência e da Minas e Energia. Preservou escalões mais baixos do curral de ACM. Depois, repôs os Ministros com quadros do próprio PFL, um deles ligado ao "Toninho malvadeza" (esse apelido de ACM foi esquecido). Medidas que visaram amortecer as denúncias de ACM. Não resolveram.

Em entrevista com três Procuradores, ACM abriu o verbo, ligando o núcleo governamental com a alta corrupção.

No interior do PFL, cresceram as pres-

sões para se evitar uma ruptura da coligação. A fração Borhausen/Maciêl, maioria no PFL, criticou os ataques da fração ACM ao Presidente. O objetivo era isolar o "Toninho" e obrigá-lo a recuar.

O caldo entornou mais ainda com a revelação da roubalheira na Sudene/Sudan. Voltou em cena o dossiê Caimã. Já se admite que o grupo de FHC breçou as investigações da Polícia Federal e que o falecido Sérgio Motta, correligionário, homem de confiança e amigo do Presidente pode ser dono da conta no paraíso fiscal.

A movimentação da oposição, que inclui agora a quadrilha de ACM, para se aprovar uma CPI atemorizou o governo. Não porque resolveria a corrupção e os facínoras pagariam pela roubalheira. Mas porque aticaria fogo na luta interburguesa pelo comando do Estado.

O presidente do Senado, Jader Barbalho, acusado de enriquecimento por gatunagem, foi obrigado a assinar o requerimento a favor da CPI, com a condição de que esta investigasse também ACM. A idéia é essa: se todos estão envolvidos, ninguém pagará nada.

Mas o governo não conta só com essa

possibilidade. Está ciente de que afunda numa crise da aliança sem precedente. Para fazer seu sucessor, precisa cobrir a podridão.

Como pode o considerado governo mais ético, que sucedeu o mais corrupto dos Presidentes que o Brasil já teve, revelar-se tão comprometido com compra de votos, compra de parlamentares para mudar de partido, acobertamento dos "amigos" ladrões e ele mesmo suspeito de ser um deles?

Os partidos sabem perfeitamente que ninguém denuncia ninguém de ladroagem para caçar os bandidos e jogá-los na cadeia. O lema de que o ladrão de elite não vai para a prisão e que quando um deles tem de pagar por todos recebe tratamento especial é a mais verdadeira das verdades. Assim, as denúncias, CPIs, campanha de moralidade etc são formas de luta interburguesa pelo poder do Estado.

Finalmente, cada um joga com o escândalo para convencer os eleitores de que é a melhor opção moral. Os bandidos da burguesia fazem revelações uns contra os outros para usar mais tarde

deias como instrumento de arregimentação eleitoral dos trabalhadores.

O problema desse fogo cruzado é que fratura a unidade burguesa necessária para impor a política de submissão ao imperialismo, de fome e miséria das massas. As crises no Estado se tornam um problema quando o governo pode perder a condução e sua capacidade de opressão sobre a maioria explorada.

A intervenção da classe operária e dos camponeses torna-se um risco para o domínio burguês, para a exploração. Trata-se de uma possibilidade da situação. Crescem os exemplos de luta em todo mundo. Nesse momento, a Argentina se acha convulsiva.

O capitalismo se deteriora internacionalmente. A marcha da crise econômica se mostra ascendente. O que se converte em bancarrota social do capitalismo.

A década de FHC foi de entreguismo, desemprego e arrocho dos salários. As ilusões em torno do Plano Real salvador do país e protetor do futuro dos pobres se desvaneceram. Avizinham-se tremendos conflitos econômicos/financeiros, impulsionados pela decomposição mundial do capitalismo, tendo agora

à frente da crise a mais poderosa potência, os EUA.

Em parte, tais tendências motivam os choques das frações burguesas no Estado, que têm tremenda dificuldade em estabelecer mudanças na condução econômica e pressentem o perigo dos trabalhadores romperem a inércia da luta de classe. O reformismo e seu braço sindical não ficam livres da crise política. Quanto mais cresce o mar de corrupção, mais evidente fica a farsa de moralizar a democracia dos capitalistas e sua conduta traidora aos interesses mais elementares dos trabalhadores.

As CPIs fracassaram e fracassarão umas após outras. A política de "parceria" entre capital e trabalho revela-se instrumento favorável às demissões, aos acordos salariais abaixo do custo de vida, à destruição de conquistas sociais, à subserviência ao saque imperialista etc. Os reformistas do PT se comportam como "marias madalenas" frente à brutalidade dos desmandos dos partidos burgueses e como burocratas repressores no interior dos sindicatos. Rezam no altar da democracia burguesa necrosada e agem como capitães do mato no movimento social, mutilando e eliminando quase por com-

pieto a democracia operária.

O atraso do movimento operário perante às condições objetivas da crise facilita os partidos da ordem processarem suas lutas intestinas. Mas até quando os reformistas e burocratas poderão se valer da colaboração com os capitalistas e da máquina sindical para conter a luta de classe? Essa é a dúvida que o governo, o imperialismo e os exploradores internos levantam diante do processo de ruptura da aliança.

FHC alerta que a democracia está ameaçada. Chegou a insinuar que ACM é um agente golpista, sendo que até ontem se comportava como principal auxiliar do Executivo no Congresso. Apesar de tudo, não se consegue pôr um ponto final à divisão dos bandos. Essa dificuldade indica que as tendências objetivas da crise política, que têm por detrás a decomposição econômica, estão sendo impulsionadas independentemente da vontade da classe dominante.

Cabe à vanguarda atuar com decisão sobre as necessidade de vida e luta das massas para impor derrotas aos exploradores e avançar a organização revolucionária das massas.

Frente à corrupção, como lutar e por que lutar

Setores da política burguesa pregam que, se o governo barrar a constituição da CPI, é preciso ir às ruas. Por exemplo, o candidato às eleições de 2002, Itamar Franco, diz que sabe o quanto é difícil constituir uma CPI, mas que se for necessário vai-se às ruas.

Como se vê, a luta interburguesa acaba colocando para um de seus campos em choque recorrer às massas. O último recurso de qualquer partido ou político patronal é apelar para as manifestações coletivas. Um exemplo bem significativo foram as manifestações das "Diretas Já". Quando setores burgueses em choque organizam manifestações de rua, estão se utilizando da capacidade de ação direta da população, forma de luta própria dos explorados. O método burguês de resolver seus interesses e disputas limita-se ao parlamento, às eleições e aos processos judiciais.

Mas é provável que Itamar esteja fazendo bravata. A burocracia sindical e os reformistas podem assumi-la. Essa possibilidade representa uma outra face da

política burguesa ou pequeno-burguesa. Nas "Diretas Já", a burocracia sindical e o reformismo deram expressão à necessidade da burguesia modificar o seu próprio regime político, de ditadura militar para democracia parlamentar (mutilada, é verdade).

As direções que controlam as organizações de massa e movimentos se colocam a serviço desta ou daquela fração burguesa em disputa. O discurso de Itamar em favor de ir às ruas só terá algum eco se elas assumirem.

Compreender essas movimentações e manobras de representantes da burguesia torna-se importante quando se coloca a questão de defender a independência de classe dos explorados e utilizar o método da luta direta em favor de suas necessidades. A luta de massa tem de corresponder às bandeiras da classe operária, camponeses e demais oprimidos.

Os reformistas, mascarados de defensores dos pobres e "excluídos", via de regra se utilizam dos sindicatos e descontentamento dos trabalhadores para

defenderem bandeiras da burguesia. Como agora, frente à tremenda corrupção e desmoralização do governo pró-imperialista não se trata simplesmente de reivindicar a CPI, trata-se de organizar a luta partindo da defesa de um salário mínimo real, emprego a todos, pagamento imediato do FGTS, extinção da reforma da Previdência, retomada das estatais sob controle dos trabalhadores, fim do governo corrupto, de fome e miséria.

A bandeira de moralizar o Estado, investigando a corrupção, falseia o conteúdo de classe da podridão. Os trabalhadores deverão responder: não queremos moralizar o Estado, essa é máquina da burguesia exercer sua ditadura de classe sobre nós explorados. Queremos destruí-la e acabar com toda forma de governo dos capitalistas. Só assim, a corrupção, os desmandos e o totalitarismo burguês serão eliminados.

É com essa política de classe que deveremos sair às ruas.

Crise capitalista agrava a disputa interburguesa.

Nada de se arrastar por trás da CPI de ACM. Tribunais Populares para julgar e punir de verdade

As recentes quedas das bolsas de valores por todo o mundo ressaltaram que a crise da Argentina está manifestando tendências mais profundas de agravamento da crise capitalista. A economia norte-americana dá sinais cada vez mais fortes de se encontrar em recessão, que se junta ao retrocesso de uma década da economia japonesa e à estagnação européia crônica. O crescimento especulativo e artificial dos EUA dão mostras de esgotamento. A profunda dependência da economia brasileira em relação à economia mundial e, em particular, à economia ianque, indicam que a crise econômica afetará o Brasil, como já está fazendo, reduzindo os valores das ações, aumentando o preço do dólar e empurrando as taxas de juros para cima.

Nesse quadro, os bandos burgueses se engalfinham para disputar as fatias do orçamento estatal e a direção da política econômica. Foi essa a motivação da disputa entre Jader e ACM pela presidência do Congresso Nacional e é isso que motiva esses bandos nas denúncias e pedidos de CPI que têm anunciado.

As CPIs são instrumentos fraudulentos de engano das massas e de disputa e negociação interburguesa. Não punem ninguém. Em primeiro lugar, porque são os próprios parlamentares corruptos que se julgarão, serão juiz e parte ao mesmo tempo. Em segundo lugar porque são instrumentos de negociação e chantagem interburguesas. Nelas, os capitalistas ameaçam e barganham, a fim de ampliarem a participação no interior do Estado capitalista e suas instituições e empresas. As CPIs não julgam, ao contrário, dão atestados de honestidade aos maiores crápulas e bandidos burgueses. São apresentadas às massas como meio de contraposição institucional à corrupção. As massas são enganadas com a mentira de que os corruptos vão julgar e punir a si mesmos. Servem para desviar as massas da luta direta, da tomada da resolução dos problemas com as próprias mãos, pela mobilização, para a via institucional, parlamentar e eleitoreira, em que prevalece o poder econômico.

Na situação atual, ACM lançou a idéia como meio de pressão e barganha com FHC. Os reformistas e seus aliados imediatamente se colocaram em fila atrás do parlamentar baiano e chamaram as massas a fazerem o mesmo. Enxergaram na situação uma oportunidade de desgaste eleitoral de FHC, que seria canalizado para a caça ao voto para Lula nas eleições presidenciais de 2002.

As massas não podem se arrastar por trás das disputas mesquinhas de seus algozes. A bandeira da "CPI Já" é um elemento de conciliação de classes e de distração das massas de suas reais necessidades e reivindicações, estas sim, se levadas à frente pela mobilização concluiriam num amplo movimento nacional de massa pela derrubada do governo e seu plano antinacional e antipopular.

O combate à conciliação de classes imposto às organizações de massa pelos reformistas e seus aliados é tarefa central da situação. É condição para que as massas tomem em suas próprias mãos a luta pela solução de seus problemas, o que consituirá um movimento antiimperialista e anticapitalista e avançará rumo à revolução social.

Manifestações de abril

Estão sendo convocadas manifestações nos dias 7 e 20 de abril para impedir a realização de reuniões dos governos das Américas para a negociação da implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). As reuniões serão na Argentina (Buenos Aires) e no Canadá (Quebec). A proposta de um protesto contra a implantação da ALCA é progressiva, mas insuficiente. Essas manifestações baseiam-se no movimento estudantil, autoproclamam-se "apartidárias" e não se lançam a chamar o movimento operário para a luta. O proletariado está à margem desse processo pela imposição da paralisia por parte das direções burocráticas de suas organizações de massa. Sem ter o proletariado à cabeça, por seu papel em relação à produção de mercadorias, não é possível ser conseqüente no antiimperialismo. O apartidarismo esconde na verdade uma política reformista, porque pretende calar os pequenos partidos enquanto os grandes, vinculados ao poder econômico, têm à sua disposição os meios de comunicação o tempo todo, e as pequenas correntes dependem da intervenção no movimento para poderem falar às massas. Um movimento autenticamente anticapitalista deve se basear na democracia operária, que permite a liberdade de expressão e manifestação de todas as correntes, e organiza a militância revolucionária ao redor do programa político do proletariado, ou seja, do partido revolucionário.

Trata-se sim de pôr em pé a frente única antiimperialista, encabeçada pelo proletariado, para travar a luta pela derrubada integral do plano ditado pelas potências e aplicado pela burguesia submissa.

FGTS: Que o governo pague tudo o que deve imediatamente

Para pagar a dívida de cerca de R\$ 43 bilhões que tem com mais de 50 milhões de trabalhadores, em correção dos saldos do FGTS relativos ao Plano Verão (1989) e ao Plano Collor (1990), o governo federal resolveu jogar o problema nas mãos dos trabalhadores e, aparentemente, nas mãos dos patrões.

Os patrões deverão "contribuir" com R\$ 16 bilhões, à medida que terão de pagar uma contribuição mensal maior sobre os salários (para o FGTS), isto é, ao invés de 8% que pagam hoje, pagarão 8,5%. Só que os patrões, como é próprio dos capitalistas, jogarão este ônus para os trabalhadores. Já anunciaram que haverá aumento da informalidade (contratação sem registro em carteira), aumento de demissões e aumento nos preços dos produtos.

Os trabalhadores, por outro lado, serão forçados a pagar R\$ 4,7 bilhões através de descontos de 10% a 15% em cima do valor para os que têm saldo acima de R\$ 1 mil. Além de R\$ 12 bilhões do patrimônio do Fundo que o governo irá usar. No total, portanto, os trabalhadores terão de abrir mão de R\$ 16,7 bilhões. E ainda terão de esperar, no mínimo, mais de um ano para receberem. Isso os trabalhadores que têm saldo de até R\$ 1 mil que receberão a partir de junho de 2002. Os demais trabalhadores receberão de julho de 2002 a junho de 2003 (os que têm acima de R\$ 1 mil), de julho de 2003 a dezembro de 2004 (os que têm saldo até R\$ 5 mil) e de julho de 2003 a julho de 2006 (os que tem saldo acima de R\$ 5 mil).

O governo só entrará com R\$ 6 bilhões nessa história. Sendo que o dinheiro do Fundo de garantia pertence aos trabalhadores e foi roubado pelo governo. Na prática, portanto, o ladrão está roubando novamente os trabalhadores para pa-

gá-los com seus próprios recursos.

A Força Sindical, a CGT e a SDS aprovaram a proposta do governo e cantam vitória por terem conseguido "reduzir" a parte de "contribuição" dos empresários (recolhimento de 9% para 8,5%) e dos trabalhadores (desconto de 15% para todos). Acontece que o governo deu calote, não pagará os trabalhadores com os recursos do Tesouro, como as centrais defendiam inicialmente, jogou o ônus para os próprios trabalhadores.

A CUT, por outro lado, posa de defensora dos trabalhadores, ao deixar as negociações, porque discordou da imposição do governo sobre as centrais, para aceitarem sua proposta, e discordou do desconto a ser feito em cima do valor que os trabalhadores tem a receber. Foram somente essas as divergências. Pois, a direção da CUT, da mesma forma que a direção da Força Sindical, CGT e SDS, não reagiu organizando a luta dos trabalhadores. Até 3ª feira estava apostando no "diálogo" com o governo ladrão, os patrões exploradores e as direções sindicais pelegas. A proposta da CUT apresentada ao governo, inicialmente já não defendia o pagamento imediato a todos os trabalhadores, mas que se pagasse primeiro aqueles com saldos de até 20 salários mínimos para receber. No início da semana, já havia concordado que o governo pagasse primeiro os trabalhadores com saldo até R\$ 1 mil (ou 7 salários mínimos) a receberem, isto é, concordou que uma parcela menor de trabalhadores recebesse primeiramente o pagamento. Se não bastasse isso, a CUT ainda aceitava que o pagamento se desse por meio de ações de empresas estatais ou títulos do tesouro, como defendia a Força Sindical – o que, na prática,

significava não garantir de imediato o pagamento dos trabalhadores. Aliás, a última proposta apresentada pela CUT era de que o FGTS fizesse um "empréstimo" ao governo para que ele pagasse os trabalhadores.

Fica claro, assim, que as direções sindicais burocráticas em seu conjunto propunham iniciar com o pagamento das faixas salariais mais baixas, porque queriam fazer uma manobra para negociar com o governo, evitando o choque da luta de classes, e obter alguma migalha a ser apresentada aos trabalhadores como uma "conquista". Ao concordarem que o dinheiro dos trabalhadores seja utilizado para pagar eles próprios, estão "emprestando" ao ladrão para que ele pague aos trabalhadores que roubou.

Os trabalhadores não devem se iludir com este passageiro rompimento da direção da CUT com o governo. O método de luta defendido por esta direção continuará sendo legalista, pacifista e distracionista. Tanto é que agora a CUT continua a incentivar os trabalhadores a entrarem com ação na justiça e aposta em uma "discussão" no Congresso Nacional. De concreto, no máximo, marcou uma manifestação distracionista para o dia 05 de abril, em Brasília.

Os trabalhadores devem rechaçar a proposta do governo e a política de conciliação de classes das centrais sindicais. Os trabalhadores devem exigir o pagamento integral e imediato da dívida do governo. Devem se mobilizar para arrancar do governo esse direito pelo único método que obriga os capitalistas e o governo a recuarem: a luta direta e de massa. O Fundo de Garantia pertence aos trabalhadores e, portanto, deve estar sob o controle dos próprios trabalhadores.

Fora o acordo da Força Sindical/FHC

O expurgo no FGTS do Plano Verão e Collor roubou dos trabalhadores 40 bilhões de Reais. Quem ganhou foram os banqueiros e empresários.

Os mutuários, apontados como os principais beneficiários, não passam de pobres que precisam 15 ou 20 anos para pagar a duras penas as prestações. Como assalariados, os mutuários tiveram que suportar o arrocho e, parte deles, o desemprego. Por isso, não ganharam nada. O dinheiro dos trabalhadores ficou com os capitalistas.

O confisco no FGTS objetivou proteger os interesses da bur-

guesia imperialista e nacional. Sendo assim, a resposta é uma só: **que os capitalistas devolvam o dinheiro roubado.**

Como pagar? Que o governo e a burguesia resolvam entre eles. O acordo da Força Sindical implica perdas de 10 a 15% para aqueles que têm a receber acima de 1.000 Reais. É um assalto contra os assalariados. Prevê o pagamento até 2006. Nada disso: **deve ser pago imediatamente. Como arrancar do governo e capitalistas aquilo que nos roubaram: greves, sair às ruas, bloquear estradas, formar comitês de defesa da vida das massas.**

O modo petista de governar nº 6

Prefeitura do PT é contra o direito pleno de todos trabalharem

Após ter desmontado a manifestação dos condutores prevista para o dia 06/03 e ter intensificado a repressão sobre os perueiros, o governo municipal de Marta Suplicy desfecha um golpe nos camelôs. Através de um decreto que visa “regulamentar” o comércio informal na cidade, a prefeitura pretende retirar os camelôs dos locais onde se encontram e “recolocá-los” em local definido. Isso porque, segundo a prefeita, os ambulantes: “Já passaram do limite do tolerável”. “Acho que esperamos além da conta.” (Diário Popular, 14/03)

A prefeitura petista faz isso num momento em que a crise mundial é crítica e está prestes a ter uma expressão aguda no Brasil, aumentando ainda mais o desemprego já bastante grande e penoso para que aqueles que precisam viver do trabalho. Mas Marta Suplicy parece não estar preocupada com isso, seus compromissos com empresários do comércio e com a estética da cidade estão acima do direito pleno de todos trabalharem.

E, de acordo com o projeto da prefeitura, não haverá concessão de espaço para todos os camelôs. A prefeitura priorizará os deficientes físicos e mentais e idosos. Isso para dar um ar “mais humano”, para demonstrar que sua proposta tem uma “preocupação social”. Não po-

derão ser instaladas barracas na avenida Paulista, na rua Barão de Itapetininga, nos viadutos Santa Ifigênia e do Chá, e em passarelas, como as da praça da Bandeira. Note como Marta Suplicy segue a mesma orientação de Pitta.

A maior restrição ao trabalho dos camelôs, entretanto, não se dará somente de maneira direta, mas pela restrição de concessão de espaço combinada com o ataque econômico. A prefeitura retoma a cobrança da taxa do Termo de Permissão de Uso (TPU) e da Taxa de Fiscalização de Localização, Instalação e Funcionamento (Tlif), não cobradas desde 1997. De outro lado, liberará somente 20 mil TPUs em toda a cidade, quando só na praça da Sé há cerca de 15 mil ambulantes e, no largo Treze de Maio, 3 mil. Na prática, o camelô que quiser o TPU deverá ter o Cadastro de Contribuinte Municipal (CCM). Para ter o CCM, por sua vez, ele terá de pagar a Tlif todo ano. Além disso, cobrará dos camelôs a apresentação de notas fiscais de compra das mercadorias vendidas em suas barracas, contando para tanto com a ação da Polícia Federal, da Secretaria Estadual da Fazenda, e com a contratação emergencial de 200 agentes.

Desta forma, a prefeitura estabelece critérios que não poderão ser cumpridos por aqueles cuja única opção de trabalho que restou foi na informali-

dade. Mas o governo do Partido dos Trabalhadores não está preocupado com a sobrevivência dos trabalhadores camelôs. Tanto é assim que a cobrança das taxas acima mencionadas poderá gerar uma arrecadação em torno de R\$ 10 milhões ao ano. Ou seja, a prefeita tira dos trabalhadores e dá aos patrões. Como é o caso dos capitalistas dos transportes que terão seus lucros garantidos com o aumento das passagens de ônibus.

Como já estamos alertando há muito tempo, o modo petista de governar não visa os interesses dos trabalhadores explorados e oprimidos. O PT está ajustando-se cada vez mais ao modo burguês de governar, o que aliás é típico de quem quer atuar no Estado burguês sob a direção de um governo “para todos”. Não há e nunca houve governo “para todos” na sociedade de classe. Quem se preocupa de fato com os trabalhadores deve defender o governo operário e camponês e a construção do Estado Operário, que materialize a ditadura do proletariado, pois somente esta última classe é capaz de criar condições de sobrevivência para todos os trabalhadores explorados e oprimidos.

Nossas bandeiras: total liberdade para os camelôs. Nenhuma regulamentação opressiva. Isenção total de impostos.

O drama psico do PT

No último dia 21 de março, a prefeitura de São Paulo realizou, em vários pontos da cidade, o evento conhecido como psicodrama da ética. Tal proposta consiste em levar para as ruas e praças do centro da cidade, vários voluntários e funcionários que encenam o cotidiano de miséria que vivem milhares de operários. Psicodrama é a palhaçada da pequena burguesia metida a erguer a “auto-estima” dos famintos.

A própria prefeita, Marta, participou de uma dessas encenações, vivendo o papel de uma dondoca cheia de jóias e chiques, que foi abordada e roubada na

rua. Depois falando à imprensa, disse estar profundamente emocionada ao poder realizar esse “ato cultura”.

Na Praça da República, enquanto o “teatro da vida” era encenado pelos reformistas, no outro lado da rua, os camelôs e ambulantes em geral, eram escorraçados pela polícia da Marta, que fugiam atropelando várias pessoas que estavam na frente. Se antes era só a guarda civil metropolitana que os afugentava, agora enfrentam também o aparato da polícia militar. Não distante dali, outro corre-corre acontecia, só que desta vez com os perueiros, que foram abordados

violentamente pela política, retirados e obrigados a entregar a documentação do carro, apreendido pelo Detran. No real, o PT mostra eficiência na proteção dos interesses dos patrões.

Isso só vem mostrar que o governo “democrático popular” não será capaz de maquiagem a luta da classe operária cada dia mais empobrecida. A máscara de “governo democrático” do PT está caindo mais rápido do que o esperado. Seu reformismo frente ao capitalismo apodrecido não consegue dar respostas às massas operárias, a não ser sustentando a lei da exploração capitalista.

Naufração da plataforma P-36

Nossa tarefa: controle operário coletivo da produção

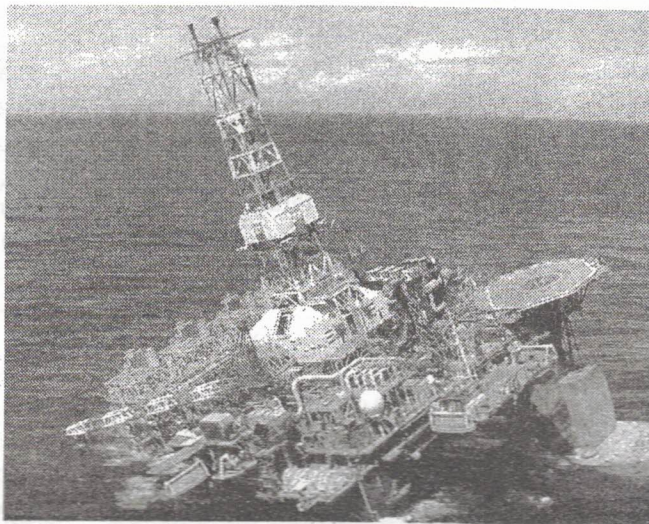
A explosão da Plataforma da Petrobrás acabou com a vida de 11 trabalhadores. Os "acidentes" nas Plataformas têm sido uma constante, e com elas operários perdem a vida. Desta vez, assumiu proporção econômica enorme: um patrimônio de 500 milhões de dólares, mais de 1 bilhão de Reais, foi para o fundo do mar.

Suspeita-se de falha técnica, de negligência, de falta de reparos etc. Mas o governo e a burocracia administrativa da Petrobrás não estão preocupados porque tudo está assegurado. Lamenta-se o prejuízo diário devido ao corte da prospecção.

No final das contas, vozes se levantaram para dizer que é hora de privatizar a estatal.

A Federação dos Petroleiros exige que um técnico seu acompanhe as investigações. Trata-se de uma reivindicação antiga frente aos constantes acidentes, que nunca foi aceita. Pode ser que agora se viabilize, apesar de haver reação negativa dos dirigentes da Petrobrás.

Sabemos que esse tipo de participação burocrática do sindicato não resolve



nada para os operários. Ela é superestrutural e se dá subordinada à condução da burocracia governamental.

Temos de assumir tal acontecimento como parte de um fenômeno mais geral de morte "por acidente" (na verdade, um fenômeno social e não acidente). Está determinado pelas relações de exploração de trabalho. Os capitalistas visam ao lucro, e os riscos de vida dos trabalhadores estão condicionados, quase sempre, a este objetivo. Os cuidados com a segurança, prevenção contra acidentes, estão limitados pelos custos e lu-

cratividade. Conclusão: as mortes por "acidentes" são vidas tiradas pelo capital e a serviço do capital.

O proletariado deve extrair a essência da tragédia: é necessário impor o controle operário coletivo da produção.

Os burocratas sindicais da FUP recorrem à Igreja para rezar. A paralisação de 24 horas não passou de um protesto pedindo segurança, indenização às famílias e investigação. Reivindicações justas. Mas não se tocou no principal: levar os trabalhadores a compreenderem e lutarem pelo controle

da produção.

É diante de acontecimentos dessa natureza que as tarefas transformadoras compõem à vista. A organização do movimento operário em torno delas permite avançar a luta anticapitalista, expondo perante os explorados as causas das consequências nefastas do capitalismo.

É dever revolucionário atacar as causas da opressão de classe. Nossos companheiros atingidos pelas chamas e tragados pelo mar não são simples vítimas de acidente mas da exploração capitalista.

Contra as propostas eleitoreiras de saída para a crise, Abaixo o governo corrupto, antinacional, de desemprego, fome e miséria

A máscara de governo ético, austero, preocupado com o desenvolvimento econômico e melhoria das condições de vida das massas caiu há tempo, mas agora toda sujeira está exposta e os nefastos efeitos das medidas pró-imperialistas estão às claras.

Em torno do governo moribundo, os partidos da burguesia travam intenso embate visando as eleições de 2001. Volta o palavreado de ética, cidadania, inclusão social etc.

Os mais corruptos atacam os mais corruptos e vice-versa. E os opositores, ditos de esquerda, que antes elogiavam a ética de FHC, agora, condenam a

corrupção no governo, esquecendo-se de dizer que confiaram na moralidade do governo capitalista. Comparecem com água benta e incenso, levantando a velha bandeira esfarrapada da ética dos exploradores.

Aqueles chegaram a propor o "Fora FHC" e eleições gerais mostram-se prostrados com sua bandeira de democracia burguesa (eleitoral). Ao contrário, defendemos "Abaixo o governo antinacional e antipopular, de desemprego, fome e miséria. Tribunal popular para punir os burgueses ladrões e para fazer justiça aos massacres de Corumbiara, El Dorado dos Carajás, Carandiru,

Febem etc. Pôr em pé um movimento antiimperialista e de defesa do salário, emprego, saúde, educação, moradia. Lutar pela recuperação das estatais privatizadas e colocá-las sob o controle coletivo dos trabalhadores. Entregar as terras dos latifundiários aos camponeses pobres.

Com esses pontos, podemos lutar por um governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Trata-se de denunciar e combater as falsas soluções que a oposição eleitoreira e a burocracia sindical propõem. Defender e trabalhar pela convocação de assembleias, formar os comitês de luta.

Educação-SP

Burocracia da Apeoesp rechaça a convocação de assembléia

Várias reuniões regionais aprovaram a realização de uma assembléia para a aprovar a luta contra o desemprego, fechamento de escolas/salas, a criação das tele-salas e reajuste salarial. Porém, as decisões da base estão submetidas ao Conselho Estadual, composto na sua maioria pela Articulação/PT e PCdoB. Ou seja, a posição da diretoria da Apeoesp. Nada que contraria as decisões dessa maioria é aprovado. Trata-se de um organismo que serve unicamente para referendar aquilo que a diretoria já está implantando.

Na reunião do dia 23/3, a burocracia usou de todas as formas para eliminar as críticas e denúncias dos conselheiros que se opõem à política do PT e seus satélites para o movimento. Para isso, impediu que defendesse propostas, restringiu ao máximo as inscrições para uso da fala, ficou mais de 4 horas dando informes distraçionistas para que não houvesse debate das posições políticas e chegou ao ponto de cortar o repasse de dinheiro dos associados das regiões (é claro, das que se opõem).

O objetivo era aprovar as reivindicações e a tática para conseguí-las. Assim, voltou com a mesma ladainha de anos anteriores:

1) Em relação ao reajuste: "no mínimo 5 salários mínimos". O que quer dizer, um piso de R\$755,00. Como se fosse possível uma família trabalhadora sobreviver com esse salário;

2) Em relação ao emprego: "pressionar os deputados a votarem contra o veto do governador de 35 alunos por sala". De um lado, aposta que a fixação do teto de 35 alunos irá solucionar o desemprego de milhares de professores. Pura falsidade! De outro, ilude com a idéia de que é possível convencer os parlamentares e o governo pela via dos abaixo-assinados e de muita lábia nos gabinetes.

3) Por fim, enumerou uma lista de reclamações que vai desde as tele-salas até a municipalização.

O método é sempre o mesmo: 1) paralisação de aulas (início de abril) nas escolas para discutir com alunos e pais. Cada escola faz a sua; 2) caravana a Brasília para pressionar o governo fe-

deral. Participação da semana de atividades programadas pela CNTE; 3) participação da caravana da CUT a Argentina; 4) muitos abaixo-assinados.

Como se vê, a burocracia da Apeoesp nada irá fazer para organizar os professores e enfrentar as medidas de destruição da escola pública, do emprego e do salário. O governo está de mãos livres para dar prosseguimento à reforma privatista do ensino médio, para fechar mais salas e ampliar as tele-salas. Trata-se de uma direção traidora dos interesses da classe.

Posição da Corrente Proletária

A Corrente Proletária na Educação divulgou um boletim especial. Defendendo: 1) Redução da jornada de trabalho (sem diminuição do salário), para que haja emprego a todos; 2) contratação imediata de todos os professores eventuais; 3) abertura de escolas e salas de aula; 4) piso salarial de R\$1900,00 por 20 horas de trabalho; 5) fim da reforma educação do governo/FMI.

O método para arrancar as reivindicações só pode ser o dos trabalhadores: da ação direta (greve, ocupações, bloqueios e manifestações de rua). Rechaçou o método da diretoria, o pacifismo burguês. Este vai das negociatas intermináveis, passa pelos "convencimentos" aos deputados e quase sempre termina nos abaixo-assinados que não levam para lugar nenhum.

Propomos a convocação de uma assembléia estadual para que os professores votassem a pauta de reivindicações e o método de luta. Mostrou que a burocracia não pode sequer usar mecanismos da democracia sindical, como assembléia. Fez do sindicato (Apeoesp) um organismo a serviço dos interesses da política reformista do PT/PCdoB. Não respeita os princípios elementares de um sindicato classista. Para a burocracia, quem decide é ela. E ela decidiu que os professores não deverão aprovar o caminho para enfrentar as medidas de choque do governo contra o ensino público.

Fortaleza

Assembléia decide ocupação da Reitoria

Os estudantes da UECE, em assembléia, decidiram a ocupação da Reitoria. O movimento se colocou contra o aumento do preço de 0,50 para 0,80, cobrado pelo restaurante. Houve propostas de manutenção do preço, diminuição e, também, de custo zero.

A posição do POR/Corrente Proletária é a de nenhuma taxa aos estudantes. A defesa da universidade pública e gratuita pressupõe todas as condições para que os alunos possam freqüentar. O

Estado tem uma única função: financiar inteiramente o ensino.

As medidas de elevação de preço da alimentação e outras taxas cobradas nas universidades públicas têm como objetivo livrar o Estado da responsabilidade pela manutenção da educação pública. Faz parte da reforma governamental a privatização do terceiro grau (Universidade). Para pô-la em prática, o governo vem abrindo parcerias com as empresas privadas e onerando os alunos com as

taxas. Os estudantes devem rejeitar todos os instrumentos usados pelo Reitor, a mando do governo, que indicam o fim da educação gratuita.

Para derrotar as imposições privatistas do Reitor/governo é preciso unificar os estudantes num amplo movimento em defesa do ensino público e gratuito. A ocupação da Reitoria é um passo importante. Há de ser massiva para que possa sair vitoriosa.

“Privatizar o ensino significa desempregar milhares de servidores públicos”

1. Política do governo: desemprego e arrocho salarial

O governo de Rondônia, José de Abreu Bianco (PFL), desempregou mais de dez mil funcionários públicos no ano de 2000. Dentre eles, cerca de 6 mil só da educação. Além disso aumentou a exploração do trabalho na medida em que superlotou salas de aula (mais de 50 alunos).

A reforma privatizante do ensino médio, imposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE), reforça, ainda mais, a política de demissão do governo, que, segundo notícias da imprensa burguesa, Bianco já tem uma lista de mais de três mil servidores para serem demitidos. Com a redução da carga/horária de disciplinas como Matemática e extinção de outras como Literatura e Artes, sob o pretexto que a metodologia interdisciplinar contempla estes conteúdos, significa desempregar ainda mais professores.

Na rede municipal, a situação é a mesma. O prefeito Carlos Camurça (PDT), munido da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e pelas diretrizes do Banco Mundial/FMI, indica que os municípios terão de assumir a “responsabilidade” com o ensino fundamental, compreendendo o ensino infantil até a 8ª série.

Seguindo tais orientações, o governo do Estado, ao desempregar milhares de professores e funcionários da área e fechar quase todas as escolas de ensino infantil, deixa milhares de crianças sem escola. Aqueles que conseguiram vagas para seus filhos tiveram de dormir nas filas. Apesar dessa barbárie, o prefeito faz campanha de que abriu mais de 2 mil vagas na rede municipal. Esconde da população que não criou salas, não contratou professores e funcionários. Ao contrário, demitiu. Sem contar que há 8 anos os funcionários estão com os salários archoados.

2. Política dos burocratas sindicais

As direções reformistas propõem: 1) ações legalistas/eleitórias e acordos de bastidores, através das comissões. Essa via já sabemos de antemão: negociatas que não levam a nada. 2) Plano de Carreira Cargos e Salários (PCCS) sem ampla discussão da base; 3) Concursos públicos. Estes só têm servido para o governo angariar fundos, cobrando taxas.

3. Nossas propostas:

Diante das medidas de destruição da escola pública, do emprego e do congelamento salarial, propomos:

- Unidade dos professores (estaduais e municipais), funcionários, pais e alunos;
- Abertura de escolas/salas e contratação imediata de todos os demitidos;
- Reajuste salarial. Piso de R\$1900,00;
- Redução da jornada, sem reduzir o salário, de forma a ter emprego a todos;
- Fim da reforma privatista do governo e toda a legislação que a sustenta (LDB, PCNs, Constituição etc)
- Estatização de todo o sistema de ensino, sob o controle dos trabalhadores;
- Escola pública, gratuita, laica e autônoma, vinculada à produção social

Para arrancar essas reivindicações, é necessário a unidade dos educadores com os demais explorados. E não há outra saída senão enfrentar diretamente o governo privatista. Por isso, defendemos a greve, os bloqueios, ocupações e manifestações de rua. Ou seja, a ação direta.

50º Coneg reafirma a política de conciliação de classes da direção da UNE (PCdoB)

Aconteceu em São Paulo, nos dias 17 e 18 de março, o 50º Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE (Coneg), que reúne os DCEs e executivas de curso do país. Pouco mais de cem delegados estavam credenciados, e cerca de 200 observadores estavam presentes. As discussões foram preparatórias ao Congresso da UNE, que ocorrerá a partir de 13 de junho de 2001.

A plenária de abertura teve figurões falando muito e dizendo pouco, e se abriu a fala para apenas 20 inscritos, os dirigentes das maiores correntes. Os Grupos de Discussão organizados (Conjuntura, Universidade e Cultura) ocorreram simultaneamente, o que já inviabilizava a participação dos delegados em todos eles. As plenárias dos grupos, frentes e correntes ocuparam grande parte do tempo.

Nas da UJS (PCdoB), nenhuma discussão política era trava-

da. Parecia mais um encontro de torcida organizada. A lista dos burocratas inscritos servia para afirmações faccionais e corporativas: “nós e eles”, “a maioria que constrói e a minoria que só quer tumultuar” etc.

Na do bloco opositorista “Rompendo Amarras” (Esquerda petista e PSTU), dois debates políticos ocorreram (e mostraram que esse bloco jamais se constituirá como alternativa à linha conciliadora e eleitoreira do PCdoB): qual a bandeira política do momento e que tipo de frente deve ser defendida. A bandeira de “Fora FHC” está sendo considerada secundária por uma parte da esquerda do PT, porque as eleições de 2002 estão se aproximando e caberia então a defesa do voto em Lula. Para o PSTU, ainda cabe o Fora FHC porque pretende antecipar o fim do governo FHC e a disputa eleitoral. Somente deixou clara a intenção de lançar candidato à Presi-

dência, e manifestou desejo de que a frente com a esquerda petista não seja rompida por isso. Sobre a questão da frente a ser construída, o PSTU defendeu a “frente classista”, que não englobaria os partidos burgueses tradicionais, ao que a esquerda do PT lhe respondeu que tal frente não dava conta de estabelecer uma hegemonia suficiente para vencer a disputa eleitoral, e por isso a frente correta seria a “democrática e popular”, que englobaria sim partidos burgueses. O debate se colocou então como uma divergência de tática eleitoral e não de estratégia política, que é a de um governo saído do voto.

A plenária final aprovou um texto “consensual” de conjuntura, que tem como centro a defesa da CPI já para apurar a corrupção do governo. Essa “unidade” da maioria das correntes, desde o PCdoB até o PSTU, ao redor da bandeira da CPI é o ponto mais grave.

O movimento estudantil tem de se colocar pela luta antiimperialista

O encontro dos DCEs e executivas de curso neste Coneg está marcada pelas disputas preparatórias ao Congresso da UNE. Por trás dessas disputas estão as políticas dos partidos reformistas e estalinistas para colocar a UNE a serviço das candidaturas às eleições e como elemento de barganha nas negociações que ocorrem no parlamento.

Ao contrário disso, um Coneg deveria se construir para responder nacionalmente aos ataques dos governos à educação e, em particular, ao ensino superior público e gratuito. Deveria debater os problemas que são consequência da linha neoliberal aplicada à educação (salas superlotadas, sucateamento dos cursos, laboratórios e bibliotecas, taxas, mensalidades, destruição da assistência estudantil etc.). Deveria trabalhar a luta unitária dos estudantes das universidades públicas e privadas, sob a estratégia da estatização de todo o ensino para permitir o livre acesso. Deveria multiplicar os esforços dos estudantes que se mobilizam para combater por suas reivindicações. Deveria, a partir disso, elaborar um plano nacional de lutas e mobilizações, que se forjasse através de uma pauta unificada e pelo método da ação direta, democracia estudantil e independência política, organizativa e econômica. Deveria projetar essa luta para o conjunto da sociedade, unindo-se aos movimentos sociais (popular, sem-terra, sem teto), principalmente ao movimento operário, constituindo uma grande luta nacional de massa pela derrubada integral do plano neoliberal do governo que serve de fantoche para os organismos internacionais ditarem a o aumento da opressão sobre a nação e o favorecimento do parasitismo capitalista de todo tipo.

A partir disso, convocar um Congresso da UNE de massa e de luta, com milhares de delegados eleitos diretamente em suas bases.

O movimento estudantil poderia assim ter participação ativa na conformação de um poderoso movimento antiimperialista e anticapitalista, que para ser assim teria de ser encabeçado pelo movimento operário.

A organização da frente única antiimperialista é uma necessidade da situação. A crise mundial capitalista avança e obriga as potências a aumentarem a opressão e exploração sobre os países atrasados. Entrega total da economia das semicolônias e total proteção ao capital financeiro internacional, essa é a linha das potências. A antecipação da formação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) é consequência das necessidades imperialistas diante do agravamento da crise mundial. De forma

A defesa da CPI é a colocação do movimento estudantil à reboque da disputa interburguesa, mais ainda, do que é mais reacionário, como o senador ACM. É chamar os estudantes a apoiarem um teatrão burguês de negociações e chantagens entre os bandos capitalistas, que só está sendo defendido porque o reformismo e seus aliados vêem aí uma chance de desgastar eleitoralmente o governo FHC e potencializar a vitória oposicionista em 2002. Ou seja, é chamar os estudantes a apoiarem seus opressores e depositar a solução de seus problemas nas urnas em 2002, para um governo que a partir de 2003 agiria em seu favor.

Contra essa farsa, é preciso combater a política de conciliação de classes e defender a independência política, que só pode se traduzir na ação direta e mobilização.

Foi nesse sentido que a Corrente Proletária Estudantil defendeu o seguinte manifesto no Coneg:

aberta, os EUA exigem a entrega de tudo em troca de nada. Querem que as economias atrasadas fiquem escancaradas e que os governos desses países se empenhem em cortar cada vez mais gastos sociais em benefício do parasitismo financeiro.

As burguesias nacionais têm provado a cada dia a sua submissão aos desmandos do imperialismo. Ainda assim, os partidos reformistas procuram encontrar setores “progressistas” nessa burguesia decrépita, com os quais pretendem construir o chamado “governo democrático e popular”, e vivem à reboque desses bandos, chamando as massas a apoiá-los. A falta de independência política tem impedido que as massas se unifiquem em luta antiimperialista e anticapitalista, em uma conjuntura com a burguesia dividida e enfraquecida, bem como seu governo, pelo agravamento da crise econômica e política.

Ressalta-se nessa situação a falta de uma sólida direção política revolucionária, capaz de trabalhar fundo a unificação das lutas das massas num movimento antiimperialista e anticapitalista. Por isso, os estudantes podem ajudar muito se se colocarem pela ação direta em oposição ao eleitoralismo, se empunharem suas bandeiras e as defenderem com a luta, se forem às ruas protestar contra a política neoliberal e os governos que a aplicam, se constituírem suas organizações de forma independente, se chamarem o movimento operário à unidade para por abaixo FHC e o plano antinacional e antipopular, se construírem o movimento estudantil como parte da luta geral pela revolução proletária (socialismo).

Para isso, precisam romper com a política reformista e eleitoralista das atuais direções. Essa é a causa da burocratização e aparelhamento da UNE e DCEs: a política reformista é incapaz de defender sequer as reivindicações mais elementares dos estudantes e por isso suas direções são obrigadas a mantê-los afastados das decisões em suas entidades.

A burocratização é consequência da política contrária às reais necessidades estudantis e leva à conciliação de classe e à traição das lutas.

A Corrente Proletária Estudantil (POR) chama os estudantes a tomarem em suas próprias mãos a solução de seus problemas, a porem em prática a democracia estudantil, a independência política e a luta direta. Construir novas direções, baseadas num programa principista e revolucionário, o programa do proletariado.

IV Congresso da USP será burocrático e diletante

Nos dias 06, 09, 10 e 11 de abril, acontecerá o IV Congresso da Universidade de São Paulo, com a participação de estudantes, professores e funcionários.

Reproduzimos abaixo um trecho da tese "Poder Estudantil", defendida pela Corrente Proletária na Educação, com a caracterização do Congresso:

A proposta de convocar o IV Congresso da USP surgiu durante a greve das universidades estaduais paulistas do ano passado, mais precisamente no momento em que os estudantes pressionavam o sindicato dos professores da USP (Adusp) para a unificação da pauta e comando de greve, a serem aprovados em assembléia unificada. Contra a proposta de unificação da pauta e comando, a Adusp argumentou que o momento era de apenas discutir as reivindicações salariais e que as necessidades dos estudantes, particularmente a contratação de professores, deveriam ser debatidas posteriormente à greve, no IV Congresso da USP. Dessa forma, o IV Congresso já surgiu como um pretexto contra a unidade de professores, estudantes e funcionários.

Em 2001, uma comissão organizadora, formada pela Adusp, Sintusp, DCE e APG organizaram um Congresso que tem como características:

1) Pequeníssima participação. A limitação de 100 delegados professores, 100 funcionários e 100 estudantes (agora mudou para cerca de 300) conformará um congresso de minoria, de direções das entidades, e não um congresso de base. A sua realização na semana santa, um feriado, em que os estudantes não estarão por aqui, também é um elemento que afasta as bases estudantis da discussão. O fato é que um congresso com tão pequena delegação torna a eleição dos delegados uma formalidade, pois todos conhe-

cem as lideranças das entidades que formarão as delegações, todos sabem quem serão os delegados.

2) Limitado aos muros da universidade. Apesar do tema "Conjuntura" constar no temário, o Congresso não terá grupos de discussão nem plenária final de conjuntura. O que quer dizer que não aprovará resoluções contra o governo ou sua política econômica. Desvincular a discussão dos problemas da universidade da luta contra o governo e sua política é procurar restringir a discussão aos limites do atual orçamento, que, todos sabemos, é insuficiente. Essa foi justamente a política da Adusp durante a greve do ano passado: limitar as reivindicações àquilo que cabia no atual orçamento, negando-se a travar a luta mais geral contra o governo.

3) Burocratizado nas discussões. Os grupos de discussão acontecerão simultaneamente, e os delegados terão de escolher dentre eles em qual vai participar. Ou seja, só pode discutir um dos temas em cada dia, e não todos os outros.

4) Diletante e não de luta. O Congresso não tem como ponto de pauta um plano de luta. Quer dizer que não pretende discutir os problemas concretos e imediatos que a comunidade universitária vive, apenas os conceitos gerais sobre ensino, pesquisa, extensão etc., e não vai aprovar medidas concretas de luta pela resolução dos problemas. Trata-se de um congresso "propositivo" e de conciliação com a burocracia autoritária que dirige a USP.

5) Paritário e não universal. Os professores participarão do Congresso não como membros da comunidade universitária, mas como "categoria" diferenciada dentro da universidade. Na eleição dos delegados, o voto dos professores valerá dezenas de vezes o voto de um estudante. E, no Congres-

so, como haverá mais estudantes que professores, o voto de cada delegado estudantil valerá três vezes menos que os dos delegados professores. Um congresso de maior peso docente também significa dar mais peso para os delegados que vão expressar os interesses e posições da burocracia que dirige a universidade, que é formada de professores, e reduzir e limitar o poder de decisão dos estudantes, que são, pelo papel que ocupam na universidade e não por ideologia, o setor mais progressivo e capaz de expressar as reivindicações da comunidade em seu conjunto.

Dessa forma, podemos afirmar que esse será um Congresso burocratizado e diletante. Daí não vão sair resoluções que interessam à maioria da comunidade universitária, incluindo a maioria dos professores. A importância em participar desse congresso está em denunciar seu caráter burocrático e diletante e travar a luta política contra as posições majoritárias de conciliação e antimobilização, desde a eleição dos delegados, passando pelos grupos de discussão e plenárias, até o balanço posterior.

Para isso, propomos defender durante todo esse processo as seguintes posições políticas, parte delas aprovada no VI Congresso dos Estudantes da USP, em 2000. Ressaltamos que este VI Congresso dos Estudantes teve resoluções contraditórias, algumas avançadas e outras reacionárias. Reivindicamos suas propostas avançadas.", tais como a defesa da frente única antiimperialista, da mobilização pela derrubada do plano antinacional e antipopular de FHC, de defesa do ensino público, gratuito, laico, único e vinculado à produção social, da universidade ao lado dos explorados contra os exploradores, da autêntica autonomia universitária, da assembléia geral universitária.

História do movimento operário no Brasil

PARTE VI: A influência da Revolução Russa de 1917 no movimento operário brasileiro

A Revolução Russa de 1917

Em outubro de 1917, ocorre na Rússia czarista um dos mais importantes fatos históricos do século XX, a tomada do poder pelo proletariado através de uma revolução social. Pela primeira vez, os trabalhadores destroem o Estado burguês e assentam as premissas da revolução socialista mundial. Liderados pelo partido bolchevique, os trabalhadores da Rússia iniciam a construção de uma nova sociedade, assentada na propriedade coletiva dos meios de produção, com a expropriação das terras, indústrias e bancos que passam a ser controlados pelo Estado Operário. Esta revolução foi fruto de um longo processo histórico de vitórias e derrotas e do excelente preparo de seus militantes, que souberam encarnar através de uma disciplina férrea os princípios do marxismo e aplicá-lo com maestria nas particularidades da Rússia.

A Revolução Russa, por seu feito inigualável em demonstrar aos proletários de todo o mundo a possibilidade de colocar fim ao capitalismo, acaba por influenciar o movimento operário de outros países, que ansiosos por se libertarem de seus opressores, os capitalistas, tomaram a revolução russa como exemplo a ser seguido.

A Influência da Revolução Russa no Movimento Operário Brasileiro: a tendência anarquista

No Brasil, as condições da classe operária em 1917 era insuportável: carestia, desemprego, recessão, reinava a fome e a miséria. A repressão policial era violenta, havendo perseguições aos operários do movimento e fechamento de jornais e sindicatos.

O movimento operário ainda sofria influência majoritária da tendência anarquista nos sindicatos, conduzindo a luta operária com métodos de organização ineficientes causando inúmeras derrotas nas lutas travadas com os patrões e o governo.

As informações sobre os acontecimentos da revolução na Rússia não eram confiáveis e limitadas, pois chegavam através da imprensa burguesa. Mesmo assim, os anarquistas prestaram todo seu apoio ao triunfo dos revolucionários russos, elogiando Lenin e Trotsky, acreditando ser a

confirmação de seus pressupostos anarco-sindicalistas. Para eles, “se tratava de uma revolução do tipo libertário, abrindo caminho para o anarquismo”. (História das Tendências no Brasil)

Este fato vem incentivar os anarquistas que procuraram dar um caráter insurrecional às greves. Tanto que no Rio de Janeiro há 18 de novembro, logo após o término da Primeira Guerra Mundial, iniciou-se uma tentativa de insurreição organizada pelos mais importantes líderes anarquistas (José Oiticica, Astrogildo Pereira, Manuel Campos, Carlos Dias, Álvaro Pimenta, José Elias da Silva, João Pimenta, Agripino Nazaré), partindo de um movimento paredista, que serviria como base a uma insurreição revolucionária combinada com a revolta dos escalões inferiores das Forças Armadas. Contavam com o apoio dos operários tecelões e metalúrgicos, armados com grande quantidade de dinamite que, ao sinal de greve geral, desceriam de Botafogo e tomariam o palácio presidencial do Catete, nele içando uma bandeira vermelha; outros se reuniram no Campo de São Cristovão onde seria mais fácil o ataque à intendência de Guerra, a fim de se apossarem de armas e munições; operários de Bangú, com o mesmo objetivo, tomariam uma fábrica de cartuchos no Realengo, enquanto na saída, Manuel Campos conduziria um ataque no quartel de polícia.

A tentativa de insurreição fracassou porque o proletariado não estava maduro para tomar o poder, faltando-lhe o partido marxista. O tenente do Exército Jorge Elias Ajus havia se infiltrado no movimento, denunciando os líderes anarquistas. O resultado, apesar do embate entre os grevistas e a polícia no Campo de São Cristovão, foi a prisão de centenas de operários, a expulsão de operários estrangeiros do país, o fechamento, através de decreto, da União dos Trabalhadores.

A simpatia dos anarquistas pelo bolchevismo se explica pelas limitadas informações que estes possuíam dos acontecimentos da revolução na Rússia e dos desconhecimento total da teoria marxista e suas históricas divergências com o anarquismo. Este desconhecimento fez com que os anarquistas concretizassem a fundação no Brasil de núcleos comunistas para divulgação de suas idéias libertárias. Denominaram este movimento político de

Comunismo-Libertário

Ainda em maio deste ano, eclodiram greves em São Paulo e no Rio, onde os operários reivindicavam basicamente o mesmo do ano de 1917. A greve, que se generalizou em S. Paulo, foi vitoriosa para a maioria das categorias que conseguiram, entre outras coisas, a jornada de oito horas. “É neste agitado período de greves, que surge em S. Paulo, o Partido Comunista local, ou seja, ‘núcleo de S. Paulo’, inaugurado em 16 de junho de 1919. O jornal ‘A Plebe’, comentando sobre o evento, afirmou que ‘três camaradas fizeram uso da palavra, expondo as idéias do comunismo anarquista e os modernos princípios de liberdade. Todos aplaudem esses princípios e as bases de uma nova organização que já conta com numerosos adeptos’”

Somente nos primeiros meses de 1920 é que são colocadas claramente as divergências entre os anarquistas e os comunistas. A “Plebe”, jornal anarquista, denunciava o “Terror Bolchevista na Rússia” e justificava que a posição adotada até o momento era fruto da desinformação promovida pela imprensa burguesa, mas que a partir da tradução de um jornal de Viena, dirigido por um anarquista, passava a ficar clara as divergências com os comunistas.

No entanto, uma fração dos anarquistas havia se “bolchevizado” e passaram a contestar o método de organização e de luta ineficientes dos anarquistas, que acarretou as consecutivas derrotas do movimento operário. Astrogildo Pereira, principal liderança anarquista, juntamente com outros 11 operários, fundam no Rio de Janeiro há 07 de novembro de 1921 (aniversário da Revolução Russa) o primeiro “Grupo Comunista” de orientação bolchevique, defendendo o programa da Terceira Internacional Comunista. Em 1922, uma semana depois do lançamento de um manifesto dos anarquistas denominados comunistas-anarquistas revolucionários criticando os princípios do marxismo, é fundado no Rio de Janeiro o Partido Comunista do Brasil, que posteriormente alteram seu nome para Partido Comunista Brasileiro. Estava concretizada a cisão: de um lado “os comunistas-marxistas — anarquistas bolchevizados — organizados no Partido Comunista do Brasil; de outro lado, os anarquistas que continuaram fiéis aos princípios libertários.

Argentina: o governo do Fundo Monetário Internacional prepara novos ataques contra os trabalhadores e a nação

Um Governo cada vez mais Débil

A renúncia de Machinea depois de um ano e meio de ter assumido e sem chegar a três meses do seu Plano Blindagem, anunciado com toda pompa, é outra mostra da grande debilidade do governo, submetido às imposições do capital financeiro internacional.

O Plano Blindagem se esgotou porque só tinha como função encobrir o calote de pagamentos anunciados e que poderia gerar uma corrida bancária em toda a região. Outro objetivo da manobra foi o de elevar o preço dos títulos argentinos através da euforia artificial gerada.

Os sucessivos fracassos se manifestam nesta possibilidade endêmica, estrutural, de desenvolver a economia. O recurso para financiar o Estado endividado além de seus limites é mais uma vez reduzir salários, despedir trabalhadores, aumentar impostos e tarifas.

O Governo da Aliança como antes o de Menem se preocupa com os negócios dos banqueiros, demonstrando que funcionam como gerentes de luxo do setor mais parasitário.

As "mudanças" que fará o novo ministro são uma reafirmação de tudo o que temos vivido durante a última década.

Contra Lopes Murphy existem restrições até mesmo das fileiras da Aliança por suas posições liberais "ultraortodoxas".

Assim funciona a democracia burguesa: milhões de votos para eleger um governo que adota uma política contrária aos interesses desta maioria que lhe deu o voto, colocando na direção da economia representantes dos setores mais poderosos do imperialismo.

Os orçamentos, impostos, salários devem seguir escrupulosamente as ordens dos chefes do FMI e manter os compromissos assumidos. A fome e o desemprego devem esperar o ajuste, conforme os ditados do mercado. E se o mercado não se ajusta, isso quer dizer para os chefes do FMI que o país não é viável para mais da metade dos habitantes.

Máxima Corrupção

De La Rúa está fazendo gestões para o ingresso de Cavallo no Governo agora ou para breve. Cavallo é o mesmo da ditadura militar, o que estatizou a dívida externa privada permitindo fabulosos negócios para as empresas "endividadas com empréstimos em dólares". Uma gigantesca corrupção do ex-ministro que agora se coloca como campeão das denúncias anti-máfia e anti-corrupção.

Ele irá reafirmar a convertibilidade ou lutará para sair dela? Os bancos se mostram contentes com a indicação para o Banco Central, pois é seu homem de confiança. Com a convertibilidade, os grandes bancos internacionais conseguiram praticamente todo o mercado financeiro local com taxas de lucros extraordinárias que provêm das múltiplas negociatas e aplicam tax

xas usurárias que são recorde no mundo.

Cavallo é o mesmo do escândalo Banco Nación/IBM, é o mesmo da evasão impositiva, o das privatizações, o da abertura da Alfândega que liquidou a produção local. Em síntese: é o homem das multinacionais norte-americanas.

A Mesma Corrupção

As negociatas também continuam a ser as mesmas do menemismo, os grandes grupos econômicos seguem evadindo impostos sem nenhum controle. Quem vai controlá-los se são os mesmos que mandam! Os ministros que os governos vão nomeando foram assessores destes grandes grupos durante anos, décadas. As "fundações" a que pertencem são financiadas por estes grupos, que os mandam fazer cursos nos Estados Unidos, os mandam aos principais eventos internacionais de especialistas em seus temas, para que travem boas relações com os capatazes de outros lugares do mundo. Depois os apresentam aqui como os melhores "experts" do mercado com as únicas soluções possíveis.

Como dissemos, desde o início, as redes de corrupção não se desmantelaram. Integram-se com os homens da Aliança, e assim se apoderaram de licitações, de capitais do PAMI, dos Planos Trabalhar (frentes de trabalho). A corrupção mais importante é continuar pagando a dívida externa reconhecida como fraudulenta por todos os setores.

Os escândalos de lavagem de dinheiro, narcotráfico, trambiques, assassinatos, extorsões, espionagens etc. mostram uma radiografia deste regime. O Citibank foi um dos principais beneficiados com as privatizações e renegociação da dívida externa, se associou ao Banco República de Moneta para desviar uma parcela das negociatas realizadas na década menemista. O governo atual, assim como seu antecessor, se movem aceleradamente para que não apareçam todos os nomes dos envolvidos nestas manobras

Não Existe Possibilidade Alguma de Reformar este Regime Devemos Acabar com Todos antes que Acabem Conosco

Não devemos nos limitar a chorar e a xingar como fazem alguns burocratas, ameaçando com paralisações para não se sabe quando nem por quais reivindicações. Como se os ataques aos trabalhadores ainda estivessem começando.

O que se deve fazer agora é reivindicar claramente os eixos centrais das lutas populares:

- Arrancar trabalho para todos! Este é o problema dos problemas, todo o trabalho deve ser dividido entre todos os trabalhadores sem prejuízo no salário. O salário-desemprego só pode ser um paliativo provisório. Não queremos migalhas, nem esmolhas. Jornada de seis horas.
- Arrancar dos capitalistas e seu governo um salário e uma aposentadoria que no mínimo

cubra o custo da cesta básica familiar! O que queremos é apenas o que é necessário para sobreviver. Nem 380, nem 500, nem 600 pesos, o que queremos são os 1200 pesos necessários para viver como pessoas.

- Queremos acabar com o trabalho temporário! Queremos a efetivação para todos os trabalhadores imediatamente, não podemos permitir que continuem impondo condições de trabalho escravizadoras.
- Que os impostos sejam pagos pelos capitalistas! Que eles o sustentem. Basta de impostos aos trabalhadores!
- Nenhuma reforma na lei da aposentadoria! Baixar a idade de se aposentar em 5 anos, para facilitar a incorporação de novos trabalhadores aos locais de trabalho.
- Um regime que não pode garantir nem pão nem trabalho para seus escravos não tem o direito de existir! Teremos de terminar com ele pois ele não vai abandonar o cenário por vontade própria

O caminho para a conquista é o método da ação direta de massas, as greves e ocupações; os bloqueios e os piquetes. Não nos deixemos enganar pelo voto dos que se colocam por manter as coisas como estão.

Reivindicamos a Unidade para Lutar

É essencial, fica demonstrado cada vez que as massas se fazem sentir com a sua força. Rechaçamos todas as atitudes divisionistas, mesquinhas, que respondem por distintas variantes patronais que apresentam diversas desculpas para evitar a unidade. Mas também unidade com todos os setores explorados que sofrem a opressão asfixiante do imperialismo para ganhá-los para a necessidade da direção política da classe operária, e de sua estratégia política, a única que pode liderar o levante da Nação contra o Imperialismo (Frente Única Antiimperialista).

Milhares de piqueteiros que apareceram nos últimos anos em todo o país mostram uma vanguarda que está se renovando mas que terminará troncada se não for dotada de uma perspectiva revolucionária.

Neste 24 de março, 25 anos do golpe genocida, nos mobilizamos com nossas bandeiras, com nossas consignas, com nosso programa e estratégia, junto com quem encabeçou a resistência frente aos governos de impunidade.

Não se trata apenas de repudiar aos executores e a necessidade de castigá-los. Mas temos de acabar com o regime de opressão que vivemos, com repressões cada vez mais sangrentas às massas e voltarão a fazê-lo quando julgar necessário. Chamamos para mobilizarem-se com esta perspectiva revolucionária, esta será a maior homenagem para dezenas de milhares de companheiros desaparecidos, mortos, torturados, presos, exilados

(Extraído do Jornal Massas argentino - n.157)